



SÍNTESE DE NOTÍCIAS Nº 0254/2025

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE ANGOLA NO REINO DA ARÁBIA SAUDITA
RIADE, 18/09/20

Príncipe herdeiro saudita e primeiro-ministro paquistanês assinam acordo conjunto de defesa estratégica



O Príncipe herdeiro do Reino da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, recebeu ontem quarta-feira em Riade o Primeiro-ministro paquistanês, Shehbaz Sharif, no Palácio Al-Yamamah.

O Príncipe herdeiro do Reino da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman, e o Primeiro-ministro paquistanês, Shehbaz Sharif, assinaram ontem quarta-feira em Riade um acordo conjunto de defesa estratégica, informou a Agência de Imprensa Saudita.

O acordo surge no âmbito dos esforços dos dois países para reforçar a sua segurança e alcançar a segurança e a paz na região e no mundo. O objectivo é desenvolver aspectos da cooperação de defesa entre os dois países e aumentar a dissuasão conjunta contra qualquer agressão. Este acordo estipula que qualquer agressão contra qualquer um dos países é uma agressão contra ambos.

O Primeiro-ministro chegou ontem quarta-feira a Riade para uma visita de Estado, acompanhado por uma delegação de alto nível. Uma recepção oficial foi realizada em homenagem ao Primeiro-ministro e os dois líderes realizaram uma sessão de conversas.

Sharif pediu que suas saudações e votos de felicidades fossem transmitidos ao Rei Salman. Os dois lados revisaram as relações históricas e estratégicas entre seus países e uma série de tópicos de interesse comum.

Sharif expressou seus agradecimentos e apreço ao Príncipe herdeiro pela recepção calorosa e generosa hospitalidade que recebeu. Ele estendeu seus melhores cumprimentos à liderança e ao povo saudita, desejando-lhes mais progresso, prosperidade e prosperidade. **Fonte-Reuters.**

Reino da Arábia Saudita e Paquistão assinam pacto de defesa histórico, qualquer ataque a um é visto como ataque a ambos



O Chefe do exército do Paquistão, marechal de campo Syed Asim Munir (à direita), o Príncipe herdeiro saudita Mohammed bin Salman (2º à direita), o Primeiro-ministro do Paquistão Shehbaz Sharif (2º à esquerda) e o Ministro da Defesa saudita retratados após a assinatura do pacto de defesa histórico em Riade em 17 de setembro de 2025.

O Paquistão e a Arábia Saudita assinaram ontem quarta-feira um "Acordo de Defesa Mútua Estratégica" prometendo que a agressão contra um país será tratada como um ataque a ambos, uma medida que aumentará a dissuasão conjunta e fortalecerá décadas de cooperação militar e de segurança.

O acordo ocorre menos de duas semanas depois que os ataques aéreos israelenses em Doha tiveram como alvo os líderes do Hamas, um desenvolvimento que aumentou as tensões regionais e reforçou a urgência que os países do Golfo colocam em parcerias mais fortes de segurança e defesa.

O acordo de Riade também sinaliza um esforço de ambos os governos para formalizar laços militares de longa data em um compromisso de segurança vinculativo. O pacto foi assinado durante a visita de Estado do Primeiro-ministro Shehbaz Sharif, a Riade, onde se encontrou com o Príncipe herdeiro e Primeiro-ministro Mohammed bin Salman no Palácio Al-Yamamah. Os dois líderes, acompanhados por ministros e oficiais militares, revisaram, o que o gabinete de Sharif chamou de uma relação "histórica e estratégica" entre as duas nações e discutiram os desenvolvimentos regionais.

"O acordo afirma que qualquer agressão contra qualquer um dos países deve ser considerada uma agressão contra ambos", disse o comunicado conjunto. Ele descreveu o acordo como um reflexo do compromisso compartilhado dos dois governos de fortalecer a cooperação em defesa e "alcançar a segurança e a paz na região e no mundo". O Reino da Arábia Saudita e o Paquistão mantêm há décadas laços políticos, militares e econômicos estreitos. O Reino abriga mais de 2,5 milhões de expatriados

paquistaneses - a maior comunidade estrangeira que envia remessas de volta para casa - e tem repetidamente fornecido apoio financeiro a Islamabad durante crises econômicas. A cooperação em defesa incluiu treinamento, compra de armas e exercícios militares conjuntos. O novo acordo formaliza essa cooperação em um compromisso de defesa mútua, um passo que os analistas dizem amplamente que coloca o relacionamento em pé de igualdade com outras parcerias estratégicas na região. Embora a declaração não tenha detalhado os mecanismos de implementação, enfatizou que o acordo visa "desenvolver aspectos da cooperação de defesa entre os dois países e fortalecer a dissuasão conjunta contra qualquer agressão". A visita também ocorre no momento em que o Paquistão procura reforçar os laços com os estados do Golfo em meio a desafios econômicos contínuos. **Fonte-Reuters.**

Reino da Arábia Saudita, Qatar e China condenam ataque terrestre israelense em Gaza



Fumaça sobe de Gaza após uma explosão, vista de Israel, ontem, 17 de setembro de 2025.

O Reino da Arábia Saudita, China e Qatar condenaram ontem quarta-feira a expansão das operações militares de Israel em Gaza, alertando que o ataque viola o direito internacional e ameaça a estabilidade regional. O Ministério das Relações Exteriores do Reino da Arábia Saudita, em um comunicado, denunciou o que chamou de "perpetração contínua de crimes" pelas forças de ocupação israelenses e criticou a comunidade internacional por não tomar medidas efectivas para impedir a escalada.

O Reino reafirmou sua rejeição às acções que minam o direito internacional humanitário e pediu esforços internacionais urgentes para acabar com a violência e garantir a protecção dos civis em Gaza. O Ministério das Relações Exteriores do Qatar também condenou a operação terrestre israelense "nos termos mais fortes", chamando-a de extensão da guerra contra o povo palestino e uma "violação flagrante do direito internacional". Ele alertou que as acções de Israel minam as perspectivas de paz por meio de políticas de "assentamento, agressão e racismo" e pediu uma acção internacional decisiva para garantir o cumprimento das resoluções internacionais.

O Qatar reiterou seu apoio à causa palestina e ao estabelecimento de um Estado palestino independente nas fronteiras de 1967, com Jerusalém Oriental como capital.

Em Pequim, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Lin Jian, disse que a China também "se opõe firmemente à escalada das operações militares de Israel em Gaza e condena todos os atos que prejudicam civis e violam o direito internacional", em referência ao bombardeio da Cidade de Gaza. **Fonte-Reuters.**

Secretário-geral do CCG recebe em Riade o embaixador grego



O secretário-geral do CCG, Jasem Albudaiwi, recebeu ontem quarta-feira na sede da secretaria-geral em Riade, o embaixador da Grécia no Reino.

A reunião foi realizada para marcar o fim do mandato do embaixador no Reino, informou a secretaria-geral em um comunicado. Durante a reunião, eles revisaram as relações entre o GCC e a Grécia, bem como "maneiras de desenvolvê-las e promovê-las para servir a interesses comuns". **Fonte-Arab News.**

Mimistro da Economia saudita conversa com autoridades da UE



Faisal Al-Ibrahim encontrou-se com o Comissário Europeu para a Economia e Produtividade, Valdis Dombrovskis.

Os laços sauditas-UE foram fortalecidos ainda mais depois que o ministro da Economia e Planejamento do Reino realizou uma série de reuniões de alto nível com figuras importantes da instituição.

Faisal Al-Ibrahim se reuniu com a Vice-presidente do Parlamento Europeu, Pina Picierno, em Bruxelas, ontem, 17 de setembro, para discutir o fortalecimento da colaboração entre o Reino Saudita e a UE em áreas-chave de interesse mútuo, de acordo com a Agência de Imprensa Saudita.

O ministro também manteve conversações com o Comissário Europeu para o Mediterrâneo, Dubravka Suica, com o objectivo de impulsionar a cooperação em vários sectores e analisar os desenvolvimentos de interesse mútuo, e com o Representante

Especial da UE para o Golfo, Luigi Di Maio, para fortalecer as relações econômicas e comerciais bilaterais. Um dia antes, Al-Ibrahim se reuniu com o comissário europeu para Economia e Produtividade, Valdis Dombrovskis, para discutir a cooperação bilateral no âmbito da Visão Saudita 2030 e os recentes desenvolvimentos econômicos globais. Em julho, a UE anunciou um compromisso de € 42,5 bilhões (US\$ 46,4 bilhões) para energia renovável, segurança de fronteiras e desenvolvimento socioeconômico em todo o Médio Oriente e Norte de África a partir de 2028. O financiamento, destinado a promover a estabilidade e a prosperidade mútua, abre mais oportunidades para a colaboração entre o Reino da Arábia Saudita e a UE, particularmente em energia renovável e iniciativas de desenvolvimento sustentável alinhadas com a Visão Saudita 2030. Em outubro, a primeira Cúpula do Conselho de Cooperação UE-Golfo foi realizada em Bruxelas, marcando um momento histórico com a presença do Príncipe herdeiro Mohammed bin Salman. Em maio de 2024, foi lançada a Câmara de Comércio Europeia no Reino da Arábia Saudita, a primeira desse tipo na região do Médio Oriente e Norte de África. **Fonte-Arab News.**

Chefe da MWL destaca 'genocídio em massa' de Gaza em conferência religiosa no Cazaquistão



O secretário-geral da Liga Mundial Muçulmana, Dr. Mohammed bin Abdulkarim Al-Issa, está fazendo um discurso em uma conferência religiosa no Cazaquistão.

O secretário-geral da Liga Mundial Muçulmana, Dr. Mohammed bin Abdulkarim Al-Issa, participou ontem quarta-feira na abertura da Oitava Conferência de Líderes de Religiões Mundiais e Tradicionais, realizada no Cazaquistão. A conferência de dois dias reúne delegações de alto nível de mais de 60 países, centradas no tema "Diálogo Inter-religioso: Solidariedade para o Futuro", para promover a diplomacia religiosa como uma ferramenta para enfrentar os desafios globais por meio da liderança espiritual.

Al-Issa foi convidado de honra para o evento. Ele fez um discurso destacando a situação dos quase 2 milhões de palestinos que sofreram a guerra de Israel desde o final de 2023, que a ONU e altos funcionários da UE descreveram como genocídio. Ele disse que "o genocídio em massa e a fome sistemática ... (em Gaza) é uma grande desgraça para a comunidade mundial," destacando a importância dos líderes religiosos na promoção da paz e na conscientização de que os conflitos têm resultados adversos para todos os lados. Na passada terça-feira, Al-Issa se encontrou com o Presidente do Cazaquistão, Kassym-Jomart Tokayev, no Palácio Presidencial em Astana. Ele foi condecorado com a Ordem da Amizade pelo Cazaquistão "em reconhecimento aos seus esforços para fortalecer a amizade entre os povos, consolidar a cooperação inter-religiosa e promover a compreensão religiosa e a paz", de acordo com a Agência de Imprensa Saudita. **Fonte-Arab News.**

Homens armados matam 22 aldeões em cerimônia no Níger



O exército do Níger tem lutado para conter a insurgência.

Homens armados em motocicletas mataram a tiros 22 moradores no oeste do Níger, a maioria participando numa cerimônia de baptismo. O tiroteio aconteceu na passada segunda-feira na região de Tillabéri, perto de Burkina Faso e Mali, onde grupos ligados à Al-Qaeda e ao Daesh estão activos. Um morador da área disse que 15 pessoas foram mortas primeiro em uma cerimônia de baptismo na vila de Takoubatt. "Os agressores então foram para os arredores de Takoubatt, onde mataram outras sete pessoas", disse o morador, que pediu anonimato por razões de segurança. A imprensa local Elmaestro TV relatou um "número horrível de mortes de 22 pessoas inocentes covardemente mortas sem motivo ou justificativa".

"Mais uma vez, a região de Tillabéri ... foi atingida pela barbárie, mergulhando famílias inocentes no luto e no desespero", disse o activista de direitos humanos nigerino Maikoul Zodi nas redes sociais. Os líderes militares do Níger, que chegaram ao poder há dois anos em um golpe, têm lutado para conter grupos terroristas em Tillabéri, apesar de manterem uma grande presença do exército lá. Níger, Burkina Faso e Mali, governados por líderes de golpes militares, expulsaram os exércitos francês e americano que lutavam ao lado deles contra o terrorismo. **Fonte-Reuters.**

Advogado britânico que representou o Hamas diz que ele foi detido ilegalmente



Fahad Ansari disse que foi detido ilegalmente sob a Lei de Terrorismo.

Um advogado britânico que contestou a lei do Hamas contra sua proibição no Reino Unido disse que foi detido ilegalmente sob a Lei de Terrorismo no mês passado, informou ontem quarta-feira o jornal The Guardian. Fahad Ansari disse que seu telefone, que continha informações legalmente privilegiadas, foi examinado pela polícia

porque ele era conhecido por ter o Hamas como cliente. Ontem, quarta-feira, ele iniciou um processo legal contra a secretária do Interior, Yvette Cooper, e o chefe da polícia do norte do País de Gales pelo incidente.

Ansari disse que em 6 de agosto, enquanto voltava de férias com a família na Irlanda, foi parado por policiais no porto de Holyhead, no País de Gales. Ele está contestando seu tratamento, incluindo detenção e interrogatório, a apreensão de seu telefone comercial e a cópia de seus dados para exame.

Jude Bunting KC, de Doughty Street Chambers, preparou a contestação legal de Ansari contra sua detenção. A apresentação disse que o uso de poderes sob o anexo sete da Lei de Terrorismo - que permite que os policiais parem, questionem, revistem e detenham uma pessoa em um porto ou fronteira - "não pode ser justificado contra um advogado com referência ao facto de que ele actuou para um cliente de interesse para a polícia ou serviços de inteligência no passado, ou para obter informações sobre esse cliente do advogado."

Ansari disse que durante sua detenção, ele foi questionado principalmente sobre o grupo proibido Acção Palestina. Ele também foi questionado sobre o Hamas, mas se recusou a divulgar informações devido à confidencialidade do cliente.

"Eu lidei com o assédio usual da imprensa por aceitar clientes que alguns consideram controversos, incluindo o Hamas, que meu escritório de advocacia representou em seu pedido para ser removido da lista de grupos proibidos do governo. "Alguns reclamaram que representar o Hamas traz descrédito à profissão. No entanto, o que realmente prejudica a integridade da profissão é quando clientes impopulares não conseguem garantir representação legal por medo do opróbrio público e da intimidação do Estado.

Fonte-Reuters.

Presidente irlandês sugere que ONU exclua Israel por "praticar genocídio" em Gaza



O presidente da Irlanda, Michael D. Higgins, fala na Assembleia Geral da ONU.

O presidente irlandês, Michael D. Higgins, sugeriu a exclusão de Israel e dos países que lhe fornecem armas da ONU, após um relatório recente da ONU que concluiu que Israel está cometendo genocídio em Gaza. Higgins, cujo mandato termina no final deste ano, chamou as conclusões da equipe de especialistas independentes encomendados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU de "documento muito importante". Ele disse:

"Eu acredito que o tipo de ações que são necessárias agora são a exclusão daqueles que estão praticando genocídio e aqueles que estão apoiando o genocídio com armamentos. "Devemos olhar para sua exclusão das próprias Nações Unidas, e não devemos hesitar mais em relação ao fim do comércio com pessoas que estão infligindo isso aos nossos semelhantes." As descobertas da equipe de três membros foram publicadas nesta semana, quando o governo israelense enviou tanques e tropas terrestres para ocupar a Cidade de Gaza após semanas atacando arranha-céus na metrópole palestina, onde residem quase 1 milhão de pessoas.

A Comissão de Inquérito sobre os Territórios Palestinos Ocupados e Israel, criada há quatro anos, não pode tomar medidas contra países individuais. No entanto, suas descobertas podem ser usadas por promotores do Tribunal Penal Internacional ou do Tribunal Internacional de Justiça da ONU. Israel se recusou a cooperar com a comissão da ONU e descreveu repetidamente as alegações de genocídio como "antisemitas".

Fonte-Reuters.

Príncipe herdeiro da Jordânia adverte EUA sobre ações unilaterais israelenses



O Príncipe herdeiro da Jordânia, Hussein bin Abdullah II, a determinação da Jordânia de continuar a fornecer apoio ao povo palestino.

O Príncipe herdeiro da Jordânia, Hussein bin Abdullah II, alertou ontem quarta-feira sobre os perigos representados por medidas unilaterais tomadas pelo governo israelense, dizendo que elas minam as perspectivas de paz na região e alimentam a retórica extremista.

Em reuniões com membros do Congresso dos EUA, o Príncipe herdeiro enfatizou a necessidade urgente de acabar com a crise humanitária em Gaza e diminuir as tensões na Cisjordânia para restaurar a estabilidade regional.

Durante conversas com o presidente do Comitê de Relações Exteriores do Senado, James Risch, e a senadora Jeanne Shaheen, membro do comitê, ele destacou a importância de apoiar a estabilidade, a soberania e a integridade territorial na Síria e no Líbano. Em uma reunião separada com o senador Chris Van Hollen, membro dos Comitês de Apropriações e Relações Exteriores do Senado, o Príncipe herdeiro destacou o compromisso da Jordânia com a modernização e a restauração da calma regional. Ele reafirmou a determinação da Jordânia em continuar fornecendo apoio ao povo palestino para ajudar a aliviar a crise humanitária sem precedentes em Gaza. **Fonte-Reuters.**

Principal investigadora da ONU em Gaza espera que líderes israelenses sejam processados



A investigadora da ONU Navi Pillay disse que garantir a responsabilização não seria fácil, destacando que o TPI "não tem seu próprio xerife ou força policial para fazer as prisões".

A investigadora da Organização das Nações Unidas (ONU) que nesta semana acusou Israel de cometer genocídio em Gaza disse que vê paralelos com a carnificina no Ruanda e que espera que um dia os líderes israelenses sejam colocados atrás das grades.

Navi Pillay, ex-juíza sul-africana que chefiou o tribunal internacional para o genocídio no Ruanda em 1994 e também actuou como chefe de direitos humanos da ONU, reconheceu que a justiça "é um processo lento". Mas, como disse o falecido ícone anti-apartheid sul-africano Nelson, "Mandela disse, sempre parece impossível até que seja feito", disse ela em uma entrevista.

"Não considero impossível que haja prisões e julgamentos" no futuro.

A Comissão Internacional Independente de Inquérito (COI) de Pillay, que não fala em nome das Nações Unidas, emitiu um relatório bombástico na passada terça-feira concluindo que "o genocídio está ocorrendo em Gaza" - algo que Israel nega veementemente. Os investigadores também concluíram que o presidente israelense Isaac Herzog, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e o ex-ministro da Defesa Yoav Gallant "incitaram a comissão de genocídio".

Israel rejeitou categoricamente as descobertas e criticou o relatório como "distorcido e falso". Mas para Pillay, os paralelos com Ruanda - onde cerca de 800.000 pessoas, a maioria tutsis étnicos e hutus moderados, foram massacradas - são claros. Como chefe do Tribunal Penal Internacional para Ruanda, ela diz que assistir a imagens de civis sendo mortos e torturados a marcou "para o resto da vida".

"Vejo semelhanças" com o que está acontecendo em Gaza, disse ela, apontando para "o mesmo tipo de métodos". Embora os tutsis tenham sido alvo do genocídio no Ruanda, ela disse que "todas as evidências (indicam) que são os palestinos como um grupo que está sendo alvo" em Gaza. Os líderes israelenses, disse ela, fizeram declarações, incluindo chamar os palestinos de "animais", o que lembrou a retórica demonizadora usada durante o genocídio no Ruanda, quando os tutsis foram rotulados como "baratas". Em ambos os casos, ela disse que a população-alvo é "desumanizada", sinalizando que "não há problema em matá-los". **Fonte-Reuters.**

UE propõe restringir laços comerciais com Israel e sancionar ministros por causa de Gaza



"Os eventos horríveis que ocorrem em Gaza diariamente devem parar", disse a chefe da UE, Ursula von der Leyen.

A União Europeia propôs ontem quarta-feira restringir os laços comerciais com Israel e sancionar ministros em sua acção mais forte sobre a guerra em Gaza, embora a relutância dos principais Estados-membros possa bloquear a adopção das medidas.

O executivo do bloco, no entanto, disse que tomaria medidas imediatas por conta própria, congelando cerca de 20 milhões de euros (US \$ 23,7 milhões) em apoio bilateral a Israel.

A decisão do executivo da UE ocorre em um momento em que aumenta a pressão sobre o bloco de 27 nações para tomar medidas contra Israel por causa de sua devastadora ofensiva de quase dois anos em Gaza. "Os eventos horríveis que ocorrem em Gaza diariamente devem parar", disse a chefe da UE, Ursula von der Leyen. "É preciso haver um cessar-fogo imediato, acesso irrestrito a toda a ajuda humanitária e a libertação de todos os reféns mantidos pelo Hamas", disse ela.

Sob suas novas propostas, Bruxelas está pressionando para suspender partes de um acordo de cooperação com Israel que permitem tarifas reduzidas sobre produtos provenientes do país. Autoridades dizem que isso afectaria mais de um terço das exportações de Israel para a UE no valor de cerca de seis bilhões de euros, incluindo produtos agrícolas essenciais, como tâmaras e nozes.

A comissão também pediu o congelamento de bens e a proibição de vistos para os ministros do governo israelense de extrema-direita Itamar Ben Gvir e Bezalel Smotrich, cuja retórica "extremista" é acusada de alimentar a violência. Essas medidas - inicialmente lançadas por Von der Leyen em um discurso na semana passada - representam a tentativa mais firme da chefe da UE de pressionar Israel. "Hoje marca um ponto de virada crítico na responsabilização de Israel", disse o ministro das Relações Exteriores da Irlanda, Simon Harris. Mas a oposição dos principais Estados-membros, especialmente a Alemanha e a Itália, significa que eles terão dificuldades para obter o apoio de países da UE suficientes para passar. Essa relutância já paralisou uma proposta mais suave de cortar o financiamento para startups de tecnologia israelenses, para a ira de uma série de países da UE que exigem acção. Essa medida não incluirá fundos destinados a ajudar grupos da sociedade civil e o memorial do Holocausto Yad Vashem de Israel. **Fonte-Reuters.**

Espanha diz que investigará 'violações dos direitos humanos em Gaza'



Palestinos deslocados, fugindo do norte de Gaza devido a uma operação militar israelense, se movem para o sul depois que as forças israelenses ordenaram que os moradores da Cidade de Gaza evacuassem.

A Espanha investigará "violações dos direitos humanos em Gaza" para ajudar o Tribunal Penal Internacional, que pediu mandados de prisão para autoridades israelenses por supostos crimes de guerra, disse hoje quinta-feira o procurador-geral. O anúncio marca mais um passo da Espanha, crítica virulenta da devastadora ofensiva israelense no território palestino, para liderar a acção internacional sobre o conflito, desencadeado por um ataque sem precedentes do Hamas a Israel em 2023.

O principal promotor da Espanha, Álvaro García Ortiz, "emitiu um decreto para criar uma equipe de trabalho encarregada de investigar violações da lei internacional de direitos humanos em Gaza", disse seu gabinete em um comunicado.

A missão da equipe de investigação será "reunir evidências e disponibilizá-las ao órgão competente, cumprindo assim as obrigações da Espanha em relação à cooperação internacional e aos direitos humanos", afirmou. "Diante da situação actual nos territórios palestinos, todas as evidências, directas ou indirectas, que podem ser colectadas em nosso país" sobre "crimes cometidos" em Gaza "devem ser incluídas" para uso potencial no caso do TPI, acrescentou no decreto. O comunicado mencionou um relatório da polícia espanhola que registrou "actos que podem constituir crimes contra a comunidade internacional" perpetrados pelo exército israelense em Gaza.

Fonte-Reuters.

Ministério das Relações Exteriores palestino: Israel trata Gaza como "imóvel" reflecte planos de genocídio

O Ministério das Relações Exteriores da Palestina acusou Israel hoje quinta-feira de seguir políticas voltadas para o genocídio e o deslocamento em Gaza e condenou como inflamatórios os comentários de um ministro israelense que disse que a devastação em Gaza pode ser transformada em um lucrativo projecto imobiliário.

O ministro das Finanças de Israel, Bezalel Smotrich, descreveu a Faixa de Gaza como "uma bonança imobiliária" e disse que um plano delineando sua divisão foi compartilhado com os Estados Unidos, informou ontem quarta-feira a imprensa

israelense. O presidente dos EUA, Donald Trump, certa vez lançou a ideia de transformar Gaza em uma "Riviera do Médio Oriente".

O Ministério, em um comunicado, disse que tal retórica equivalia a "admissões oficiais" das intenções israelenses de destruir Gaza e deslocar sua população, alertando que a situação representava uma escalada deliberada de crimes contra os palestinos. Reafirmou que Gaza é "uma parte inseparável da terra do Estado da Palestina sob o direito internacional" e pediu uma rápida intervenção internacional para interromper as acções israelenses e proteger os civis.

O Ministério também criticou a decisão de Fiji de abrir uma embaixada em Jerusalém, chamando-a de "uma agressão contra o povo palestino e seus direitos legítimos". Ele disse que a medida violou o direito internacional e minou as perspectivas de paz.

O Ministério das Relações Exteriores da Jordânia também emitiu uma condenação semelhante, descrevendo a decisão de Fiji como "uma violação flagrante do direito internacional e das resoluções da ONU" e "uma ameaça directa" a uma solução de dois Estados. O porta-voz do ministério, Sufian Qudah, enfatizou que qualquer tentativa de alterar o status legal ou político de Jerusalém é "nula e sem efeito". A Jordânia reafirmou a sua posição de que o único caminho para a paz e a estabilidade duradouras na região está no estabelecimento de um Estado palestino independente ao longo das fronteiras de 4 de junho de 1967, com Jerusalém Oriental como sua capital. **Fonte-Reuters.**

Inauguração de barragem na Etiópia aumenta as apostas na crise regional



DR. ABDELLATIF EL-MENAWY

17 de setembro de 2025



O novo projecto GERD levanta a perspectiva de que a Etiópia possa ditar unilateralmente o fluxo do Nilo Azul

A Grande Barragem do Renascimento Etíope está mais uma vez no centro da política regional. A Etiópia inaugurou oficialmente na semana passada o projecto em um espetáculo televisionado nacionalmente, com o primeiro-ministro Abiy Ahmed, saudado como uma "conquista histórica" a par da vitória da Etiópia em Adwa. Para o

Cairo, é uma ameaça existencial directa à linha de vida de mais de 110 milhões de cidadãos. Para Adis Abeba, é enquadrado como um projecto de desenvolvimento de 14 anos. Entre essas duas narrativas totalmente opostas, a crise do Nilo reacendeu - carregada de desconfiança, reivindicações concorrentes e escolhas difíceis pela frente.

Desde o início, o Egipto viu a barragem com alarme. Já vive abaixo da linha internacional de pobreza hídrica. O país depende do Nilo para 98% de sua água doce, sobrevivendo com uma alocação desatualizada de 55,5 bilhões de metros cúbicos por ano, estabelecida décadas atrás e já insuficiente para as crescentes necessidades de sua população.

A nova barragem, com seu enorme reservatório de 74 bilhões de metros cúbicos, levanta a perspectiva de que a Etiópia possa ditar unilateralmente o fluxo do Nilo Azul - particularmente em anos de seca - deixando o Egipto vulnerável a uma escassez devastadora de água que prejudicaria a agricultura, a economia e a vida cotidiana. O Sudão, embora enfraquecido pelo conflito interno, compartilha as preocupações do Egipto. Sua barragem de Roseires e outras infraestruturas a jusante enfrentam riscos imediatos se a Etiópia operar a Grande Barragem do Renascimento Etíope sem uma coordenação transparente.

A Etiópia minimiza esses riscos, enquadrando a barragem como um projecto puramente hidrelétrico que "não consome água" permanentemente e apenas atrasa sua passagem. Adis Abeba insiste que está exercendo o direito soberano de desenvolver seus recursos e tirar milhões da pobreza por meio da geração de electricidade, apesar da dependência do Egipto e do Sudão.

As autoridades etíopes descartam os acordos reconhecidos internacionalmente como "era colonial". A insistência do Cairo em manter "direitos históricos", argumentam eles, não é justa nem sustentável. Assim, por mais de uma década, as negociações estagnaram entre o discurso do Egipto sobre "segurança hídrica" e a narrativa da Etiópia sobre o "direito ao desenvolvimento".

O último confronto se desenrolou no Conselho de Segurança da ONU. No dia da posse, o ministro das Relações Exteriores do Egipto, Badr Abdelatty, apresentou uma carta com palavras duras denunciando a operação unilateral da barragem pela Etiópia como uma violação do direito internacional e uma violação contínua da Declaração de Princípios de 2015. O Egipto prometeu que "não reconheceria nem aceitaria" qualquer facto consumado que ameaçasse seus interesses existenciais.

A carta descreveu o movimento da Etiópia como parte de um longo padrão de violações, acusando Adis Abeba de usar a barragem para fins políticos em vez de desenvolvimento genuíno - mobilizando apoio doméstico ao retratar o Egipto como um inimigo externo. O Sudão apoiou o Cairo com uma declaração conjunta alertando que o unilateralismo da Etiópia representa uma grave ameaça à estabilidade na Bacia do Nilo Oriental.

Addis Abeba reagiu com sua própria carta ao conselho, enquadrando a inauguração da barragem como um "triunfo nacional", acusando o Egipto de obstrucionismo, pensamento da era colonial e esforços para desestabilizar o Norte de África.

A reacção internacional foi cautelosa, até previsível. Os EUA, a UE e a China reiteraram seus apelos por contenção e negociações sob os auspícios da União Africana, mas não chegaram a pressionar a Etiópia. A Liga Árabe, no entanto, emitiu uma declaração inequívoca apoiando o Egipto e o Sudão, condenando medidas unilaterais e insistindo em um acordo vinculativo. Em toda a África, o quadro é mais complexo. Vários líderes compareceram à inauguração, sinalizando apoio implícito ao direito da Etiópia ao desenvolvimento.

Com as tensões aumentando, a questão central permanece: o que está por vir?

Para o Egipto, o resultado ideal é um acordo juridicamente vinculativo que estabeleça regras claras para o enchimento e operação da barragem, garanta fluxos mínimos durante a seca e estabeleça mecanismos para compartilhamento de dados em tempo real. Tal acordo proporcionaria segurança ao Egipto e ao Sudão, permitindo que a Etiópia exportasse electricidade e atraísse investimentos. No entanto, esse caminho requer flexibilidade etíope e compromisso genuíno - condições ainda não evidentes.

O cenário de curto prazo mais provável é o impasse contínuo. A Etiópia parece satisfeita em operar a barragem unilateralmente, oferecendo garantias vagas de "nenhum dano" enquanto rejeita compromissos vinculativos. O Egipto e o Sudão continuarão sua ofensiva diplomática na ONU e em fóruns árabes e africanos, mas carecem de influência suficiente para alterar a realidade no terreno.

Para o Egipto, a incerteza é perigosa: em anos de chuvas abundantes, os danos podem ser limitados, mas em anos de seca, o abastecimento de água pode ser refém das decisões etíopes. O Cairo já está correndo para expandir seu uso de usinas de dessalinização, reciclagem de água e projectos de conservação, mas essas medidas caras não podem substituir totalmente o Nilo. Sem um acordo vinculativo, a segurança hídrica do Egipto permanece exposta.

A possibilidade de escalada também persiste. O Egipto declarou repetidamente o Nilo uma linha vermelha e enfatizou que todas as opções permanecem abertas para defender sua segurança hídrica. Uma acção militar, como um ataque à barragem, traria enormes riscos - geopolíticos, ambientais e humanitários. No entanto, a mensagem consistente do Cairo é que a paciência não deve ser confundida com fraqueza. Para o Egipto, a água não é uma moeda de troca, mas uma questão de sobrevivência. O Sudão, embora internamente limitado, provavelmente se alinharia com o Cairo se as tensões eclodissem, embora sua capacidade de participação significativa permaneça limitada.

Ao mesmo tempo, existe um horizonte mais optimista. Com confiança e vontade política, a Grande Barragem do Renascimento Etíope poderia ser transformada em uma plataforma de cooperação. Em teoria, a barragem poderia ajudar a regular as inundações sazonais, armazenar água para secas e fornecer electricidade barata em toda a região. O Egipto poderia até se beneficiar das importações de electricidade, enquanto o Sudão estabiliza sua rede e expande a irrigação. Mas esse cenário permanece distante. A mudança climática pode, em última análise, forçar essa cooperação, mas, por enquanto, a realidade predominante são posições endurecidas e desconfiança arraigada.

O maior receio do Egipto é que essa barragem não seja o fim, mas o começo. Autoridades etíopes já sugeriram planos para projectos adicionais no Nilo Azul,

multiplicando a ameaça à segurança hídrica do Egipto e tornando a busca por um acordo abrangente ainda mais urgente. A questão mais profunda é a recusa da Etiópia em se comprometer com qualquer tratado vinculativo ou mecanismo aplicável. As negociações ao longo dos anos mostraram um padrão consistente: Adis Abeba tranquiliza verbalmente, mas resiste a assinar obrigações, consumindo tempo enquanto consolida seu controle.

Na verdade, a inauguração da barragem não resolveu a crise, aumentou as apostas. Enquanto a Etiópia celebra a realização de um sonho nacional há muito procurado, o Egipto vê um desafio directo à sua segurança nacional e à sobrevivência de seu povo. O Sudão está entre os benefícios potenciais e os riscos agudos. Com a falta de confiança e as posições rígidas, o futuro permanece incerto: um acordo pacífico que faça da barragem um símbolo de cooperação, um conflito frio prolongado ou, na pior das hipóteses, um confronto perigoso.

O certo é que, para o Egipto, o Nilo não é apenas um rio. É a própria existência. A inação não é uma opção. Os próximos meses e anos revelarão se o pragmatismo pode prevalecer sobre o nacionalismo estreito ou se a Bacia do Nilo permanecerá refém de um conflito que ameaça a estabilidade de uma das regiões mais frágeis do mundo.

O Dr. Abdellatif El-Menawy, cobriu conflitos em todo o mundo. X: @ALMenawy

Isenção de responsabilidade: A opinião expressa pelo escritor nesta sessão é própria e não reflecte necessariamente o ponto de vista do **Arab News**.



**INDEPENDÊNCIA
NACIONAL DE ANGOLA
1975-2025**

Preservar e valorizar as conquistas
alcançadas, construindo um futuro melhor